



342

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0329450-8****APELANTE:** TACIANA SOARES DA SILVA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**JUÍZO DE ORIGEM:** 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE/PE**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

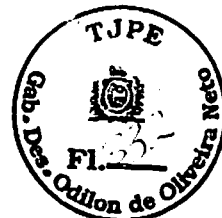
EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. NEGATIVA DE AUTORIA. PROVAS TETEMUNHAIS ROBUSTAS QUE DEMONSTRAM A PARTICIPAÇÃO DA APELANTE NA EMPREITADA CRIMINOSA. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da **APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0329450-8** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia/...../ 2014, **por unanimidade, em NEGAR provimento ao recurso**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar. Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0329450-8

APELANTE: TACIANA SOARES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

JUÍZO DE ORIGEM: 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

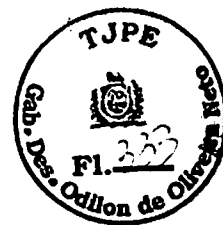
RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por TACIANA SOARES DA SILVA, contra sentença que julgou procedente a denúncia formulada pelo Órgão Ministerial, condenando-a à pena de 02 anos e 03 meses de reclusão, e a 20 dias-multa, pela prática do tipo penal previsto no art. 155 § 4º, inciso IV do CP.

Relata a peça atriada do Ministério Público que, no dia 06/11/2011, por volta das 03h30min, na Rua do Sol, Bairro de Santo Antônio, nesta Cidade, a Apelante, juntamente com dois acusados e de um adolescente, arrombaram um fiteiro, danificando o telhado de zinco. Em seguida, o adolescente adentrou no interior do pequeno estabelecimento comercial e subtraiu para os demais acusados, duas caixas com variedades de bomboniere, com chicletes, pipocas, salgadinho, pilhas, bem como a quantia de R\$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos). Informa ainda que, durante toda a operação delituosa, os acusados foram monitorados por câmeras de vigilância instaladas no local.

No inquérito policial, a apelante sustentou que apenas “recebeu” 01 (uma) caixa de artigos de bomboniere das mãos do adolescente [omitido o nome]” e que “a declarante não sabia a origem do material” (fls. 07).

A Apelante não foi ouvida em juízo por estar foragida, tendo-lhe o Magistrado aplicado os efeitos da revelia.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

As testemunhas do Ministério Público confirmaram a participação da acusada na prática do crime.

Em interrogatório, os demais acusados negaram a participação no crime.

O MP, em suas alegações finais de fls. 218/219, pugnou pela condenação de todos os acusados.

A apelante apresentou suas alegações finais às fls. 221/223.

Como supramencionado, a sentença julgou procedente a denúncia apresentada, condenando a Apelante à pena de pena de 02 anos e 03 meses de reclusão, e a 20 dias-multa, pela prática do tipo penal previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do CP, com regime de cumprimento inicial o semi-aberto.

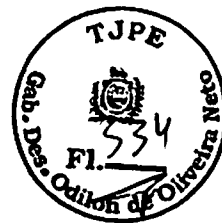
Irresignada, a Acusada apresentou apelação às fls. 280/284, requerendo sua absolvição em face da ausência de provas conclusivas acerca de sua autoria. Alternativamente, pugnou pela desclassificação para o crime previsto no art. 180, do CP.

Em contrarrazões de fls. 287/288, o MP requereu a manutenção do comando sentencial, argumentando que as provas mostram cabalmente a prática do crime imputado à Apelante.

Em segundo grau, a Douta Procuradoria, em sua manifestação de fls. 303/306, entendeu pela clara demonstração do cometimento do crime, razão pela qual, **opinou pelo desprovimento do apelo.**

Às fls. 310/326, foram juntadas filmagens e perícia do suposto crime, contudo, em razão destas não terem sido submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa, determinou-se que fossem estas grampeadas e isoladas, não permitindo a sua consulta.

Em razão dos crimes apurados nos presentes autos não estarem submetidos à procedimento previsto no ECA, bem assim, em face da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

pena aplicada ter sido de reclusão, necessário se faz a submissão da matéria ao revisor.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 28 de MARÇO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



347
34B

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0329450-8

APELANTE: TACIANA SOARES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

JUÍZO DE ORIGEM: 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO

A Apelante foi denunciada como incurso pela prática do tipo penal previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do CP e condenada à pena de 02 anos e 03 meses de reclusão, com inicial cumprimento em regime semiaberto, e 20 dias-multa.

A Manifestação da Procuradoria de Justiça opinou pelo não provimento do recurso.

Dito isto, denota-se que o recurso praticamente se fundamenta em absolvição da apelante, ou de forma alternativa, a desclassificação de furto qualificado (art. 155, §4º, inciso IV do CP) para receptação (art. 180, do CP), sob o argumento de que inexistem provas suficientes para fundamentar a sentença condenatória.

Analisando-se, porém, os argumentos do Apelante, entendo que não há como prosperar as suas alegações.

De fato, os acusados ouvidos em juízo negaram a autoria do delito, prestando depoimentos, por vezes, contraditórios e imprecisos.

O Sr. Valdez Soares de Almeida, às fls. 191, assim se manifestou: "(...) *que não estava resente na hora do arrombamento; que os outros acusados*



344

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

*estavam presentes na hora do arrombamento; **que o menor dividiu o produto do furto com o casal formado por Flávio e Taciana** (...)”¹.*

Já o Sr. Flávio Inácio de Melo, às fls. 191/191-v, assim declarou:

[...] **que estava junto com Taciana**, com quem tem um filho, no dia do fato; que encontrou o menor [nome omitido] e o acusado Valdez andando pela Rua do Sol, no sentido da Rua da Palma, carregando uma caixa com o produto do furto; que a caixa era carregada pelo de menor; que ele interrogando queria usar crack mas estava sem dinheiro; que Valdez e [nome omitido] são usuários de crack e iriam vender o produto do crime para comprar droga; que ele interrogando também pediu uma parte do produto do crime, pois queria comprar crack também, e ganhou pipoca, pastilha, chicletes e uns cinco cartões de telefone; que foi andando na direção da Avenida Conde da Boa Vista e foi chamado à cabine Policial, recebendo voz de prisão; que carregava parte do produto do furto; que sabia que aquela dupla carregava produto de roubo; que Taciana foi presa apenas porque estava junto do interrogando, mas não tem nenhum envolvimento no crime descrito na denúncia [...] (Destaques acrescidos).

Assim, os depoimentos não gozam da higidez necessária para a negativa de autoria, pois que imputam uns aos outros a prática do delito. Apesar disso, todos mencionam a presença de Taciana.

Já o depoimento do policial, Thiago Hildo da Silva (fls. 190), foi esclarecedor para se apurar a autoria delitiva por parte da Apelante, *in verbis*:

[...] que monitorou a ação pela câmera; que não se lembra de como o menor ingressou no fiteiro; que se recorda de que o menor saiu com saco de pipocas e outros produtos; que não viu os acusados por perto no referido momento; **que o menor atravessou a rua e encontrou o casal formado pelos acusado Flávio e Taciana**; que não se recorda da participação do acusado Valdez; **que os policiais presentes no PPO da Sete de Setembro correram para abordar os acusados Flávio e Taciana**; que ele depoente saiu do monitoramento para dar apoio e não deixar o PPO desguarnecido; que já encontrou Flávio e

¹ Destaques acrescidos.
APELAÇÃO – 0329450-8 (1V)



345

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Taciana detidos; que não se recorda da prisão do acusado Valdez; que os produtos subtraídos estavam tanto com o casal quanto os menores (destaques acrescidos).

O outro policial, o Sr. Rodrigo Valentim Costa (fls. 190), acerca do crime, assim se manifestou:

[...]que estava de serviço e foi acionado pelo CIODS, pois dois rapazes envolvidos no furto descrito na denúncia estavam passando por trás do PPO da Praça do Diário, onde o depoente estava de serviço; que abordou o acusado Valdez e o menor; que a dupla estava com a caixa que continha o produto do furto; que não lembra o que foi alegado pelos suspeitos; que outro casal envolvido no crime acabou sendo detido no PPO da Rua Sete de Setembro (destaques acrescidos).

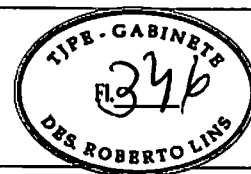
Desta feita, resta demonstrada, pelo depoimento dos policiais que acompanharam o caso, a participação da Apelante na empreitada criminosa, sendo estas suficientes para o embasamento do decreto condenatório.

Comprovada a autoria da Apelante, bem assim, a materialidade do crime, e inexistindo provas em contrário àquelas produzidas pelos depoimentos das testemunhas de acusação, não há o que se falar em provimento de pedido de apelação.

Assim, nos termos da Manifestação da Procuradoria de Justiça, voto pelo IMPROVIMENTO deste Apelo, mantendo-se na íntegra a sentença do juízo de primeiro grau.

Recife, 16 de JUNHO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 329450-8 – 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

Apelante: Taciana Soares da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador (a): Yélena de Fátima Monteiro Araújo
Relator: Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Cuida-se de Apelação Criminal com o escopo de absolver **Taciana Soares da Silva** da imputação de ter praticado o crime de furto qualificado (art. 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal), e, alternativamente, desclassificar tal imputação para o delito de receptação (art. 180 do Código Penal).

Pois bem.

Após análise detida deste caderno processual, entendo que não merece guarida o presente pleito recursal.

Isso porque verifico que constam dos autos elementos probatórios, colhidos tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, suficientes à formação de um juízo de convencimento acerca de sua participação delitiva.

A propósito, observo, em primeiro lugar, que o depoimento prestado em juízo pelo coacusado Valdez Soares de Almeida (fl. 191) aponta, de modo direto e sem qualquer hesitação, a Apelante como sendo partícipe do crime em epígrafe.

Outrossim, o depoimento prestado tanto em juízo quando em sede inquisitorial pelo policial militar Tiago Hildo da Silva Carvalho, que, saliente-se, **monitorou toda a ação dos acusados através de câmeras de segurança**, dá conta de que a recorrente e o coacusado Flávio Inácio de Melo acompanhavam o menor G. B. de M. e o coacusado Valdez enquanto estes últimos arrombavam e subtraíam bens de um Fiteiro, tendo os primeiros, logo em seguida, recebido parte dos produtos furtados (fls. 08, 50, 71 e 190/190v).

Ressalte-se, por oportuno, que, diversamente do que fazem crer as razões de Apelação, a citada testemunha, em momento algum, afirmou não ter visto a recorrente participar das ação delitiva que monitorava ou ter esta última sido exclusivamente praticada pelo menor.

Do contrário, depreende-se claramente de suas declarações que **todos** os acusados e o menor G. B. de M. estavam **envolvidos** na prática delitiva enfocada, com a única ressalva de que a recorrente e o corréu Flávio Inácio de Melo não foram aqueles responsáveis pelo arrombamento do Fiteiro e pela retirada dos produtos do furto, muito embora estivessem, **desde o início da ação**, em companhia daqueles que procederam ao aludido arrombamento e, logo em seguida, tenham recebido parte dos citados bens.



Corroboram com o teor dessas declarações os depoimentos prestados em sede inquisitorial e em juízo pelo outro policial militar que acompanhou a ação delitiva (fls. 09, 72, 190v), assim como o depoimento prestado pelo menor G. B. de M. perante a autoridade policial (fl. 64).

Logo, existem provas suficientes no sentido que a Apelante colaborou com a ação delitiva em análise, eis que, desde o princípio, acompanhou e consentiu com a sua realização, além de ter usufruído do produto do crime.

Por outro lado, sabe-se que o Código Penal Brasileiro adotou a teoria unitária ou monista relativamente ao concurso de pessoas, de sorte que, a teor do art. 29 do citado diploma legal, aquele que, de qualquer modo, concorre para o crime, incorre em seu tipo penal, sendo, pois, irrelevante a natureza (material ou intelectual) da participação delitiva de cada qual.

Assim, é forçoso concluir que a recorrente também incorreu nas penas do art. 155, § 4º, incisos I e IV, eis que, ainda que não tenha materialmente procedido ao arrombamento do Fiteiro e à subtração dos bens ali contidos, colaborou e usufruiu desta prática delitiva.

Uma vez comprovada a participação delitiva da Apelante no delito de furto qualificado, impossível proceder à sua absolvição ou à desclassificação de sua conduta para o crime de receptação.

Por todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo para, na forma da fundamentação *supra*, manter, em todos os seus termos, a condenação da Apelante operada na sentença.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor convocado